

O QUE AS EPISTEMOLOGIAS TRANS NOS ENSINAM SOBRE AS POLÍTICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITOS?

WHAT DO TRANS EPISTEMOLOGIES TEACH US ABOUT GENDER POLICIES, SEXUALITIES AND RIGHTS?

Elis Rosa dos Santos Simão¹

Luiz Fernando Prado Uchôa²

Jeane Motira³

Luiz Roberto de Almeida⁴

Allan Carlos Pscheidt⁵

Manuel Fabricio Alves de Andrade⁶

Daniel Manzoni de Almeida⁷

¹ Graduada em Direito, Mestranda pelo Programa de pós graduação em Antropologia Social - Unicamp e pesquisadora discente no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU - Unicamp.

² Mestrando em educação, arte e história da cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2022), Graduando em Publicidade e Propaganda pela Uniaraguaia, licenciado em letras – português e inglês e português e espanhol na Faculdade Campus Eliseos, Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo - Universidade Guarulhos - UNG (2016), Atualmente é pedagogo do Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont e desenvolve palestras e aulas sobre diversidade de gênero e sexual. Atuante principalmente nas seguintes áreas: Gênero, Sexualidades, Masculinidades e Transmasculinidades. Autor do livro - Simplesmente Homem - Relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans - Editora Metanoia e atualmente é Pedagogo no Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont, coordenador do Núcleo de Transmasculinidades da Rede Família Stronger e coordenador da área de homens trans e transmasculines – Aliança Nacional LGBTI+ e conselheiro estadual LGBT.

³ Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU/FIAM/FAAM). Foi monitora de comunicação do Núcleo de Estudos sobre gêneros e sexualidades (NUGE) (FMU/FIAM/FAAM).

⁴ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Graduado em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professor do Centro Universitário FMU.

⁵ Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Biodiversidade, MBA em Gestão de Projetos e Educação Corporativa. Coordenador de cursos no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e voluntário no Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade NUGE FMU.

⁶ Sou ator, performer e professor. Possuo Doutorado em Artes Cênicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, do Instituto de Artes da Unesp (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") (2020); título de Mestre pelo mesmo programa de pós-graduação (2014); e Bacharelado em interpretação teatral, pelo curso de Artes Cênicas da UEL (Universidade Estadual de Londrina) (2004). Leciono nos cursos de licenciatura e bacharelado em Artes Visuais da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) (desde 2018). Tenho experiência como ator, dançarino e performer. Desenvolvo pesquisas voltadas para a aplicação de recursos de treinamentos vocal e corporal na formação de arte-educadores(as), atores, atrizes e performers. Interesse em estudos sobre gêneros e diversidade nas práticas de performances artísticas (dança, drag, performance arte, teatro etc.), voltados para o preparo de artistas e arte-educadores(as) lidarem com tais temas em suas práticas profissionais.

⁷ Escritor, pesquisador e professor. Graduado em Ciências Biológicas, Filosofia e Letras. Mestre e Doutor em Ciências e Doutor em Teoria e História Literária. Linha de pesquisa: Ensino de ciências e direitos humanos. Atualmente é pesquisador na Univ. Brest, Univ. Rennes, CREAD, F-29200 Brest, France. Professor *vacataire* no INSPE/UBO, Brest, France.

Resumo: neste artigo temos como objetivo discutir a produção de conhecimento de pessoas trans sobre políticas de gênero, sexualidades e direitos trans na sociedade brasileira. Por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas com dois pesquisadores, chamamos atenção para quais são as dificuldades e os desafios enfrentados pelos grupos sociais das pessoas entrevistadas, levando em conta as esferas social, cultural e jurídica. Concluímos este artigo com o entendimento de que a circulação das epistemologias de pessoas trans podem auxiliar na produção de conhecimentos sobre os temas de gênero e sexualidades, produzindo um arcabouço teórico que nos ajuda na qualificação do debate sobre direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Ativismo LGBTQIAP+; epistemologias trans; estudos de gênero; pedagogias *queer*.

Abstract: here we aim to discuss the production of knowledge of trans people about gender politics, sexualities and trans rights in Brazilian society. Through semi-structured interviews conducted by researchers, we draw attention to what are the difficulties and challenges faced by the interviewees' social groups, taking into account the social, cultural and legal spheres. We conclude this article with the understanding that circulation of the epistemologies of trans people can assist in the production of knowledge on the themes of gender and sexualities, producing a theoretical framework that helps them qualify the debate on human rights in Brazil.

Keywords: LGBTQIAP+ activism; gender studies; queer pedagogies; trans epistemologies.

1 INTRODUÇÃO

As violências que recaem sobre a comunidade LGBTQIAP+⁸ são alarmantes e a população trans – aqui compreendidas como travestis, mulheres e homens trans, pessoas não binárias, transmasculines e transfeminines – é, neste conjunto, a mais violentada. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) (Benevides, 2022), o Brasil é o país que registra o maior número de mortes de pessoas trans e travestis no mundo, ocupando o primeiro lugar no ranking dessa estatística pelo 14º ano consecutivo (TGEU, 2022). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, a expectativa de vida de uma pessoa cisgênera – pessoa que se identifica com o gênero lhe foi atribuído ao nascer (Jesus, 2015) – é em média de 75,8 anos, número que tem progredido constantemente desde pelo menos a década de 1960, quando a expectativa de vida girava em torno de 52 anos (Agência Ibge Notícias, 2017). Em contraste, um levantamento apresentado pelo Senado Federal brasileiro (Bortoni, 2017), bem como pela ANTRA (Benevides, 2022), a expectativa de vida de pessoas trans é, em média, de apenas 35 anos, quando consideramos declives de raça, pessoas trans negras compõem uma fatia da população com expectativa de vida ainda menor. Tais dados revelam profundas desigualdades e como o racismo construindo-se mutuamente com a transfobia/travestifobia impõem barreiras diferenciais, para a média de tempo de vida das pessoas.

⁸ LGBTQIAP+ é a sigla utilizada para representar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, travestis, transexuais, não-binários (simbolizados pela letra “Q”, abreviatura de *queer gender*), intersexuais, assexuais, panssexuais e qualquer outra identidade ou expressão de gênero, orientação sexual e anatomia reprodutiva ou sexual (simbolizados pelo sinal “+”). Para saber quais são os sujeitos que compõem a comunidade LGBTQIAP+ é necessário entender a separação entre anatomia sexual, identidade de gênero e orientação sexual. Ao nascer, uma pessoa tem sua identidade de gênero (mulher ou homem) designada pela sociedade com base em sua anatomia sexual. Uma pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado é considerada cisgênero. Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído, ou seja, sua identidade de gênero difere de sua anatomia sexual, são consideradas transgênero, transexuais, travestis ou transvestigêneres. Quem não se identifica com nenhum gênero ou se identifica com ambos é considerada não-binária. Uma outra questão é a orientação sexual. Quando uma pessoa se sente atraída sexualmente somente por outras com a identidade de gênero oposta, é heterossexual. Se há atração sexual somente por pessoas com a mesma identidade de gênero, ela é homossexual. E bissexual no caso da atração por ambos os gêneros.

Neste sentido, é importante ressaltar que pessoas trans sempre existiram. Contudo, segundo as autoras Oliveira, York e Benevides (2020), é apenas a partir de 1990, que suas experiências de vida começam a emergir nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Além disso, ainda segundo as autoras, é apenas após os anos 2000, que tais estudos, na época, produzidos apenas por pesquisadores cis, começam a alcançar uma maior visibilidade nas universidades brasileiras (Oliveira; York; Benevides, 2020). Felizmente, nos últimos tempos, este cenário tem mudado, pois as pessoas trans não figuram mais apenas como interlocutores/as de pesquisas acadêmicas brasileiras. Ou, como meros “objetos de pesquisa”, mas sim ocupam as universidades, ainda que em um número mínimo, enquanto produtores de conhecimento (Jesus, 2016), na posição de discentes, pesquisadores ou mesmo de docentes de cursos de graduação e pós-graduação das respectivas universidades. Neste sentido, pode-se dizer que este “novo cenário”, advém também da implementação, ainda muito tímida, das políticas de ações afirmativas, na modalidade de reservas de vagas destinadas a essa população, que algumas universidades brasileiras têm implementado recentemente.

Objetivando a melhoria da vida de pessoas trans a partir da construção de políticas para tais populações, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a campanha Livres & Iguais, a partir da divulgação de um documento recomendando a implementação de elementos de proteção à população trans, sendo eles: a) garantir o acesso aos serviços de saúde; b) não tratar as identidades trans como patologias; c) sancionar leis antidiscriminação e contra crimes de ódio, garantindo o reconhecimento legal da identidade trans; d) aumentar o acesso à educação; e e) acabar com o *bullying* e o estigma (Livres & Iguais, 2020).

Acompanhando Silva (2014) e Woodward (2014), as afirmações das identidades não fariam sentido em um mundo homogêneo porque a identidade, assim como a diferença, é produzida a partir da diferenciação, é uma criação social e cultural. Tal processo de diferenciação faz parte de relações de poder que, por sua vez, se organizam nas hierarquias sociais. As identidades são, portanto, produzidas e afirmadas pelos sujeitos e grupos como parte das disputas pelos recursos simbólicos e materiais na sociedade.

Partindo de uma das concepções básicas do pensamento foucaultiano, compreendemos que “poder e saber” se constroem em simbiose (Foucault, 2007; 2010). Quem detém o poder de estabelecer a diferenciação detém, também, o privilégio de classificar. No que tange às questões de gênero e sexualidade, a historiografia nos fornece material farto para localizar a cisgeneridade e a heterossexualidade como diferenças produzidas como normas e, por isso, elas são instituídas nas leis, protocolos, arquitetura e demais esferas que gerem ou são registros da vida social (Foucault, 2007; 2010) Elas não são identidades dentre um universo de identidades, mas sim identidades “naturais”, desejáveis, parâmetros a partir do qual as outras identidades foram classificadas como diferentes e hierarquizadas como uma

projeção de um sujeito universal, tal como Simone de Beauvoir (1967) argumenta, em “O Segundo Sexo”, ao mostrar a construção das desigualdades em como a mulher é entendida como projeção do homem, ou do negro como projeção do branco. Os sujeitos da norma não se entendem na diferença, não se marcam na diferença, mas existem em um mundo onde eles próprios se relegam ao lugar do normal e natural.

A construção da identidade normalizada se dá a partir do apontamento das diferenças à norma. A diferença é sustentada a partir de uma exclusão construtiva. Trata-se de um processo de criação de fronteira, onde se estabelecem limites aos que pertencem e aos que não pertencem ao grupo nomeado, representado ou descrito por identidades coletivas. Identidade e diferença são, portanto, codependentes. “A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (Silva, 2014, p. 79).

Esses sujeitos não têm garantida a possibilidade de existência enquanto sujeitos sociais e culturais. Como aponta Silva (2014), outro fator importante em relação à construção da identidade e da diferença é que elas têm que ser nomeadas. Dessa forma, a possibilidade de existência como sujeitos fora da norma social vigente, isto é, cisgênero heterossexual, depende da afirmação da diferença, não somente como diferença, mas como uma identidade que possa e deva ser reconhecida.

Hall (2015) argumenta que a construção da identidade nacional só foi possível com a criação da “narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas [...] simbolizam ou representam as experiências partilhadas [...] que dão sentido à nação” (Hall, 2015, p. 31). Portanto, pode-se pensar que, da mesma forma como foi possível criar a “narrativa da nação”, figuras públicas com identidade trans teriam um papel importante na exposição de diferentes vivências e, dessa forma, criar uma narrativa cultural dessa comunidade.

Essa narrativa atuaria de forma a fortalecer a comunidade e equilibrar a relação de poder entre estes sujeitos e os demais sujeitos sociais. “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, [...] ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (Hall, 2015, p. 36).

Partindo dos debates em relação às populações e saberes trans, O Núcleo de Estudos de Gêneros e Sexualidade (NUGE) do Centro Universitário FMU, convidou duas pessoas pensadoras expoentes sobre o tema e que estão ativamente participando da construção desses saberes. O escritor e jornalista Luiz Prado Uchoa, autor do livro “Simplesmente Homem”, para falar da identidade trans masculina, e Elis Rosa, travesti, educadora, bacharel em direito, mestrandia em antropologia social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e pesquisadora discente no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, ambos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para expor e refletir sobre suas vivências e investigações, tal como sua monografia de conclusão da graduação em

Direito, em que ela investigou o nome social como ferramenta de dignidade e felicidade para as pessoas trans. Ambas pessoas convidadas e participantes da entrevista expuseram seus pensamentos e obras intelectuais construídas e publicadas a partir do espaço universitário conquistado, a graduação em jornalismo do participante Luiz Prado Uchoa e a de Direito pela Elis Rosa. Esse critério de convite para entrevista foi importante para articulação do engajamento acadêmico, de classe social, educação, militância e construção de epistemologias trans.

As entrevistas compõem as ações realizadas pelo NUGE em 2020. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e editadas. Aqui são apresentadas uma seleção de trechos da entrevista com o objetivo de maior difusão das ideias, trabalhos e pensamentos de Elis Rosa, intitulada “Entrevista 1: O nome social como um direito à felicidade”, e Luiz Prado Uchoa, intitulada “Entrevista 2: Simplesmente homem”, respectivamente nessa ordem”.

2 ENTREVISTAS

2.1 *O nome social como um direito à felicidade | Entrevista com Elis Rosa*⁹

NUGE: Fale sobre seu trabalho de pesquisa na área de direito sobre o nome social: O nome social como ferramenta de dignidade e felicidade.

ELIS: Primeiro eu gostaria de agradecer, fiquei muito feliz quando recebi o convite. Porque realmente gosto de falar sobre essas coisas e acho importante! É importante trazer essas questões de uma população tão marginalizada hoje. A gente sabe o quanto a questão da transexualidade e de travestilidade ainda é vista como um tabu e reprimida. Meu nome é Elis Rosa, graduada em Direito e ativista LGBTQIA+, e o objetivo do meu trabalho, inicialmente com o nome social como ferramenta de dignidade, era realmente trazer essa questão da dignidade e da felicidade na utilização do nome social. O nome, enquanto um direito personalíssimo, enquanto um direito da personalidade é uma coisa muito importante, muito importante! E algumas pessoas, recebem nomes que não estão de acordo com a sua identidade e sua realidade, logo, essas pessoas fazem utilização do nome social ou a retificação do nome definitivo¹⁰. Então, dada essa circunstância, o nome a gente utiliza para individualizar, dar legitimidade para aquele ser. Então, é uma figura importantíssima na sua vida, porque será utilizada em todos os campos: profissionais, sociais, políticos... então é extremamente importante você ter um nome que corresponda realmente a você, sua identidade, o seu ser.

⁹ A entrevista foi conduzida pelos professores Luiz de Almeida, Daniel Manzoni de Almeida e Allan Pschiedt. A entrevista completa com Elis Rosa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bMBzxRhMpZU>.

¹⁰ Onde se lê: “nome definitivo”, leia-se apenas: “nome”. Isto porque existe a possibilidade de se realizar outras retificações, logo não se trata de uma mudança – única e exclusivamente – definitiva. [Nota da entrevistada]. Portanto, nos trechos onde a questão de mudança de nome aparecer, e seus desdobramentos, serão feitas as correções em nota de rodapé, a fim de não se modificar o conteúdo original da entrevista.

NUGE: Por que se chama nome social e qual a diferença de nome social para simplesmente nome?

ELIS: O nome social é um nome utilizado para as pessoas trans (travestis, mulheres trans e homens trans) para serem reconhecidas socialmente. O nome social não exige uma retificação definitiva, é simplesmente um nome utilizado por determinado período daquela pessoa e antecede a retificação definitiva dos documentos¹¹. Eu vou dar o meu exemplo para ficar mais fácil e ilustrativo: Eu estava no final da graduação e eu me reconheci Elis, só que até então, não existia uma legislação, que possibilitava, de forma mais simples, que eu realizasse a retificação e, eu também estava naquele processo de entender quem eu era, de me apresentar e apresentar os outros, o processo de transição. Então eu utilizei a figura do nome social, que não era a retificação oficial, mas que era uma forma das pessoas me reconhecerem socialmente: para você enquanto pessoa trans, para você enquanto construção dessa identidade, desse ser, desse projeto de uma certa forma de construção do ser. É uma figura importante por certo tempo. Depois eu acredito que não mais, pois em alguns momentos pode causar constrangimento porque geralmente, nos documentos oficiais, o nome social vem acompanhado do nome de registro (do nascimento). Quando as pessoas simplesmente não se atentam à figura do nome social e usam o nome de registro, fazem referência àquela outra pessoa. Então, por um tempo ele é importante nessa fase de adaptação, nesse processo, mas depois é interessante que quando tudo está consolidado, que a pessoa trans, travesti, faça essa retificação definitiva¹². O processo de retificação hoje, é mais simples do que no passado. Em 2018 uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF) viabilizou a troca do nome e do gênero das pessoas trans e travestis sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização, também dispensando uma autorização judicial. Os ministros fizeram falas impecáveis sobre a questão [da] dignidade da pessoa humana, trazendo bastante a questão dos direitos da personalidade, dos direitos humanos. Antes era um processo mais difícil, porque precisaria, necessariamente, entrar com um processo judicial, passar por uma audiência com o juiz, levar uma série de documentos, demonstrar realmente que você era pertencente àquele gênero, que aquele era o seu nome. Hoje é um processo mais simples e isso é fruto do movimento LGBTQIA+ e de contribuições particulares como Neon Cunha, que em 2016 entrou com um processo de morte assistida, se o juiz não reconhecesse gênero e nome dela, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual. Nem todas as pessoas transexuais e travestis desejam fazer a cirurgia de redesignação sexual. Isso não é uma regra! Colocar isso como um requisito é algo muito prejudicial para essa população. Então hoje, depois de 2018, é muito mais simples do que no passado. Porém, uma problemática que a gente está vivendo agora, é um projeto de lei que está em aberto na Câmara dos Deputados e pode nos prejudicar, pois é um desserviço, um retrocesso

¹¹ Onde se lê: “retificação definitiva dos documentos”, leia-se apenas: “retificação dos documentos” [nota da entrevistada].

¹² Onde se lê: “retificação definitiva”, leia-se apenas: “retificação” [nota da entrevistada].

muito grande, porque determina o gênero através do sexo biológico. Ou seja, toda essa conquista que a gente teve no quesito de conseguir essa retificação através dessa autodeterminação, através desse posicionamento de "sim, eu sou essa pessoa, eu vou pegar meus documentos e vou até um cartório para fazer a minha retificação", tudo isso a gente pode perder.

NUGE: O STF está tomando várias decisões a partir de interpretações de leis sobre temas que estavam em aberto. Antes desse movimento do STF, cada juiz tinha um critério completamente diferente para o tipo de documentação que aceitava para a retificação do nome. A decisão do STF é uma interpretação sobre o nome, a personalidade, mas a partir do momento que o Legislativo faz um projeto de lei e ela é aprovada, o judiciário tem que cumprir.

ELIS: Com certeza. A questão é a seguinte: a gente tem o nosso movimento e todos os nossos direitos, nossas conquistas geralmente foram através desses tribunais superiores, mas sem ser aprovadas no legislativo. A questão da união homoafetiva, depois posteriormente a questão da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proibia as autoridades de negar a conversão ou o casamento em específico, a questão do nome, ou seja, tudo isso foi discutido ou tentado discutir no Legislativo, através de projetos de lei, porém todos esses projetos de lei não foram para frente. Porque nós temos uma bancada conservadora que não permite que esses projetos vão para frente, daí os superiores precisam agir por conta disso, e esse é um grande problema que a gente tem para aprovar as nossas demandas, as questões que a gente precisa. Isso é extremamente prejudicial. Parece que existe uma certa resistência de abordar essas questões extremamente importantes. Hoje a nossa população LGBTQIA+ é uma população numerosa e assim como qualquer outra pessoa, temos demandas e essas demandas precisam ser acolhidas pelo legislativo. Tem muita coisa que não chega, algumas que chegam ali, são barradas pelo preconceito e a gente precisa mudar um pouco essa realidade dialogando com nossos representantes, aqueles que realmente nos representam, para parar de lidar só com as brechas e nunca com algo realmente concreto e que vá consolidar tudo isso. O processo é muito longo e está muito travado, mas o respeito é algo que depende das pessoas e pode ser um jeito de trabalhar nesse momento. Quando uma pessoa apresenta esse nome social é uma questão de respeito. [As] empresas e todas as pessoas devem entender que independente de existir uma legislação específica ou uma diretriz específica pela legislação, podem fazer esse entendimento do nome social e respeitar isso.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. 99% das pessoas LGBTQIA+ não se sentem seguras aqui e 90% de transexuais e travestis estão na prostituição compulsória, de marginalização. São pouquíssimas as que conseguem se emancipar através de uma

graduação, concluir essa graduação. Já é um processo, já estamos falando de corpos e *corpas* que sofrem todo esse processo de exclusão [e] de vulnerabilidade. Então a questão do respeito: sim, obviamente as pessoas deveriam respeitar o nome social e, conseqüentemente, essa pessoa, esse indivíduo, enfim. Porém, dado tudo isso que coloquei, algumas pessoas não respeitam porque simplesmente não aceitam o posicionamento, a identidade e aquela pessoa trans em si. O respeito seria a base de tudo. Se nós fossemos respeitadas, não teríamos toda essa violência que a gente sofre. E o desrespeito ao nome social pode ser até lido e interpretado como uma forma de ataque mesmo à pessoa trans. Toda a classe LGBTQIA+ sofre preconceitos e opressões obviamente, só que as pessoas trans e travestis estão marginalizadas de formas que elas não conseguem adentrar determinados espaços. E quando adentram, são julgadas e excluídas.

NUGE: Existem casos que a pessoa é tratada no gênero oposto ao nome social. Tem ainda quem está em processo de entendimento e comete erros, principalmente com os pronomes. Como abordar uma pessoa cis que não reconhece o nome ou o pronome em relação à pessoa trans?

ELIS: Eu acho que essa pessoa cis precisa sinceramente conversar com essa pessoa trans e tentar entender um pouco essa realidade, mas levando em conta a sua expressão de gênero e suas pluralidades. A gente precisa ir pelo ponto de determinação de como você se coloca. A partir de um momento, que uma pessoa chega para você e se coloca daquela forma, o mínimo que a gente precisa fazer é tratar da forma que essa pessoa deseja ser tratada. Eu tive alguns problemas com isso e, sinceramente, tinha até dificuldade de entender esse problema que as pessoas cis têm de compreenderem isso. Eu acho uma coisa tão simples: a partir do momento que eu me coloco de uma forma para você, que eu me apresento de uma forma para você, é nítido que você precisa acolher isso e, enfim, respeitar esse nome, esse gênero e respeitar isso. E esse processo – de não reconhecimento – causa muito desgaste e constrangimento, porque chega a ser uma violência.

NUGE: A gente espera que o mundo mude, mas a gente tem que indicar a mudança para esse mundo às vezes. É uma questão de sensibilidade. Por exemplo, tradicionalmente o Ensino Superior recebe um jovem que acabou de sair do ensino médio, ou seja, é um adolescente quando começa a faculdade e, muitas vezes, essa pessoa ainda está passando pela transição, pela aceitação de quem ela é e, às vezes, é um processo que demora muito para se aceitar a identidade de gênero e a expressão de gênero. Como foi seu processo na graduação, durante a transição?

ELIS: Eu me sentia acolhida, mesmo estando num curso conservador numa cidade pequena. Eu estava extremamente tensa com o processo de transição e mesmo que em uns

momentos eu tenha sido bem acolhida, eu estava muito nervosa. Porque é um processo muito difícil, porque você está se acostumando com tudo isso que você colocou para fora, você está se conhecendo e tem todas as relações, as pressões de uma graduação, de ter que acompanhar todo o conteúdo. Eu sempre tive relações boas na graduação com os professores, [que] me acolheram muito bem, e foi uma construção do ser transexual na graduação. Eu tenho muito orgulho de ter realizado esse processo durante a graduação. Foi muito difícil, sim, por questões pessoais, porque eu também estava no mercado de trabalho, além das várias questões: acadêmica, social, amigos, família e você.

NUGE: As empresas não estão preparadas, as pessoas não estão, muitas vezes, preparadas, como os documentos, onde nem tem campo para colocar nome social, por exemplo. Ninguém está preparado de fato?

ELIS: Eu acho que a gente está aprendendo junto. Eu também tenho, nas relações, algumas coisas novas. Eu conheci a não-binariedade recentemente e estou em fase de adaptação. Eu acho que é isso, nós estamos aprendendo, todo mundo. Claro que quando a pessoa não se abre para isso, está fechada naquele conceito “homem” e “mulher”, óbvio que fica mais difícil. Mas acho que todos nós estamos nesse processo de conhecer essas pluralidades, esses corpos, essas manifestações, essas identidades... Cada vez mais a nossa sigla – LGBTQIA+ – está aumentando e isso é maravilhoso, porque a gente está construindo identidade e a gente está tornando isso mais potente e maior. Para não ficar naquela norma, naquela regra. É um processo revolucionário, necessário para a gente enquanto sociedade plural e diversa. É fundamental que a gente comece a pesquisar, num primeiro momento, para que a gente realmente consiga legitimar essas existências e, enfim, de acordo com o que essa pessoa coloca para a gente.

NUGE: Qual sua opinião quanto ao protagonismo – lugar de fala – durante o período de transição?

ELIS: De certa forma, a cisgeneridade tem há muito tempo falado por nós. Então é muito comum a gente ter esses conflitos com pessoas cis, por falarem por nós. É um processo delicado, porém em alguns momentos necessários. Óbvio que o protagonismo da pessoa trans, mesmo que em transição, é importante, porque é uma pessoa que está nessa condição e está se colocando. As contribuições de pessoas cis, que se identificam com o gênero que [lhes] foi atribuído aos seus nascimentos – a cisgeneridade – são importantes, mas o protagonismo, a fala, a representatividade, a luta, enfim. Tudo que é trans precisa ser necessariamente desses corpos trans. Porque assim estará trazendo esses corpos para o debate e não simplesmente falando a respeito deles. Em alguns momentos acredito que a academia peca nesse sentido. É óbvio que pessoas cis tem muito mais condições

psicológicas, financeiras e estrutural para elaborar um material, para construir uma linha de raciocínio e tudo mais. Óbvio. A gente está falando de pessoas que detêm um privilégio que pessoas trans não detêm. A academia deve acolher essas formas de falar. É muito importante a gente se abrir para essa nova forma de se posicionar. Eu tive um problema no meu Trabalho de conclusão de curso, justamente por conta da linguagem que eu utilizei: uma linguagem neutra, com “x”. Uma professora muito querida, mas que não tinha muita familiaridade com isso e me questionou quanto à compreensão de uma pessoa com deficiência ao ler meu trabalho com esse “x”. Eu entendi a colocação dela e eu deveria ter sido mais cuidadosa e ter preparado, talvez algo que expressasse essa linguagem, como um glossário.

NUGE: Faz parte do movimento da academia as adequações de linguagem. Enquanto as pessoas da academia não tiverem a consciência de que a linguagem é uma linguagem construída e uma linguagem fluida, que está em processo de construção, o tempo inteiro, a gente vai cair nessas maneiras castradoras de calar vozes.

ELIS: É um processo que parece de higienização, não é?! Eu vejo muito isso e não só na academia. Infelizmente, alguns lugares passam por isso. E assim, se realmente, se vocês realmente estão abertos, se abram de fato! Tenham consciência que esse corpo é, sim, um corpo trans, um corpo de uma travesti. Não tenham medo de ser quem são e eu acho que ser LGBTQIA+ é um ato revolucionário, mesmo. É necessário!

NUGE: Quais nomes de pessoas trans, travestis, não binárias que você recomendaria para a gente acompanhar?

ELIS: Neon Cunha, Erika Hilton, Alice Guél, Vicenta Perrotta, que é ótima com essa desconstrução da norma, e Erica Malunguinho, também. São nomes poderosos!

2.2 Simplesmente Homem | Entrevista com Luiz Fernando Padro Uchôa

NUGE: Fale sobre seu livro chamado "Simplesmente Homem - Relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans", desde a concepção até a publicação.

LUIZ: Sempre tive uma inquietação, porque sempre pensei que tudo o que tinha que fazer em minha vida, tinha que ter um produto ou um serviço que fizesse a diferença na sociedade. Fui para a escola de jornalismo acreditando que o que aprendi ali serviria para trazer novas percepções de vida para as pessoas - e para mim mesmo - porque tudo tem que começar a partir de seu mundo, para que você possa, então, adquirir estas acumulações e passá-las para as pessoas. A existência de um homem trans é extremamente hostil em um ambiente que não é para esse corpo trans: todas as questões práticas, que para a maioria

das pessoas são algo simples, tornam-se uma novela em um nível como A Odisseia. Um nome simples no formulário, se torna um problema. Além disso, a exclusão começa mais cedo na escola e foi na escola que eu decidi fazer um relatório de livro sobre os homens trans. O primeiro obstáculo foi a proposta de ser jornalisticamente relevante em uma pesquisa sobre a concepção histórica de gênero e sexualidade, construída a partir de entrevistas focadas nos personagens e para contar às pessoas por que suas histórias marcam e por que suas histórias falam sobre as exclusões. No jornalismo há um mito de neutralidade, que é uma falácia, pois é da condição humana não ser neutro. Nós emprestamos nosso repertório cultural, social e político em tudo o que fazemos, anulando a neutralidade. Tomamos posições e compromissos, fazemos escolhas. Mais de 200 homens trans foram entrevistados para conhecer as narrativas de diferentes gerações, etnias, raças, sexualidades e estágios da vida, procurando entender este universo trans masculino e como é experimentar esta forma diferenciada - digamos assim - porque não acredito que haja uma forma hegemônica, que tenha que ser aceita, e a outra forma que tenha que ser rejeitada. Daí vem o livro e minha provocação começa no título "Simplesmente Homem", porque a experiência da masculinidade é um sentimento, não tem que estar ligada aos caracteres cromossômicos, à questão dos genitais, à expressão de gênero e, muito menos, às construções sociais, políticas e econômicas que definem o que é a masculinidade, mas sim ligada à subjetividade do ser. O projeto foi aprovado para ser meu trabalho de final de curso na faculdade, mas meu grande problema era que eu era orientado por pessoas cisgêneras - ou seja, pessoas que se reconhecem no mesmo gênero - sem qualquer conhecimento de gênero e sexualidade, nem o repertório necessário. Eles me orientaram no sentido da escrita jornalística técnica, mas encontrei muitas dificuldades, apesar do abundante repertório de filosofia, com os termos que me sugeriram, que caem na ideia criacionista de que um Deus criou o homem e a mulher, a partir de um modelo que atende às expectativas de uma sociedade cisheteronormativa. É por isso que, em minha opinião, todo profissional deveria tomar a filosofia para desenvolver a saída do lugar comum, para entender como o processo de pensamento se desenrola e para questionar como esses processos acontecem, algo que a filosofia faz muito bem e que um profissional de comunicação precisa. Não adianta a técnica, é uma mera técnica, sem entender o que está por trás desta técnica. E dentro deste espectro, [está] a construção do livro para dizer que uma pessoa trans, a partir de sua compreensão experiencial, armada de conhecimentos teóricos, também feitos por pessoas trans, sem o "transexerticídio", ou seja, o apagamento da produção acadêmica e científica produzida pelas pessoas trans. As pessoas trans, desde que tenham as condições adequadas, têm a capacidade de produzir e de questionar o modelo cis. Não está tudo separado, está tudo junto e misturado, e o livro questiona este lugar na academia ao propor algo novo e extremamente didático. A linguagem didática irá atender o professor da escola pública, que tem um aluno trans e não

entende o que ele irá sofrer em casa, o que culminará em sua expulsão do ambiente escolar, se o ambiente escolar for hostil à sua identidade de gênero, [um] os fatores que contribuem para uma taxa alarmante de suicídio entre os homens trans, com idade entre 15 e 29 anos. A sociedade vive em uma heteronormatividade, um cisgenderismo, e pensa que isto é universal, não compreende o universo trans e não o acolhe bem. Assim, a partir destes sentidos comuns à maioria das pessoas, surgiu uma reportagem acessível do livro, porque muitas pessoas que têm preconceito é porque não têm informação. É esta pessoa que eu quero contestar. Há pessoas preconceituosas que são maus personagens, porque têm a informação, a deturpam e disseminam preconceitos. Venho para combater estes discursos, porque quando você escreve algo que a pessoa entende que não é um discurso médico, não é um discurso jurídico, não é um discurso técnico, [que] é necessário, mas chega a um ponto que se você não se sensibilizar, se você não vê o outro como pessoa, você fará tudo para que o outro não tenha direitos.

NUGE: E falando sobre esta questão do modelo do que é ser um homem, eu destaco como você constrói sua masculinidade e como você consegue, dentro destes modelos do que é ser um homem na sociedade em que vivemos, entender a si mesmo e ajudar as pessoas que não são trans a se entenderem melhor e questionarem o padrão.

LUIZ: O que significa ser um homem? Eu me fiz esta pergunta durante muito tempo em minha vida. Tive uma experiência como mulher lésbica, com expressão de gênero masculinizada, para depois experimentar a masculinidade na sociedade de um ponto de vista que era meu repertório, o que eu conhecia até então. Mas isto não era mais satisfatório. Eu disse: "Não sou uma mulher; não me sinto como uma". Eu sou um homem trans. A partir daí vi o corpo, as angústias, e comecei a entender tudo, e o mundo se abriu. Fui fazer um autoteste, mesmo sabendo que seria negativo, porque queria falar com o psicólogo: "Não me sinto bem", comecei a chorar, e não sou muito de chorar para alguém que não conheço, "tenho um peito, não sou mulher, as pessoas não me reconhecem, sou uma aberração, sou estranha, não quero ser assim" e assim comecei. Até hoje a transexualidade está dentro de um código internacional de doenças e na associação psiquiátrica norte-americana. Portanto, sofremos de incongruência de gênero. Precisamos de um profissional para dizer que somos o que somos, para fazer qualquer interferência em nosso pequeno corpo. Eu tenho dois ou três relatórios. Do psiquiatra, do psicólogo e do endocrinologista, na minha gaveta. Falei com esta psicóloga e ela disse "você pode ser um homem trans, porque tudo o que você está me dizendo eu vi em outras pessoas". E ela me encaminhou a um Centro de Referência para Pessoas Trans. Levei um ano para lá ir. Fui, fiz o formulário, falei com a assistente social, a clínica geral e outra psicóloga - não tive uma boa experiência com a primeira psicóloga, porque ela me atribuiu que eu era trans, porque

tinha sofrido violência sexual, quando isto não tinha acontecido. Venho de uma família que não tinha nenhum contato com estas coisas, em relação ao gênero e à sexualidade, então entendi o que era ser homem, lésbica ou gay e travestis estavam ao virar da esquina. Isso era o que eu tinha como referência de vida. Quando comecei minha transição, entendi que tinha que ser heterossexual, que tinha que desempenhar aquele papel de machismo, misoginia ao extremo, para marcar minha sexualidade. Ser um homem não é nada disso. Então, o que é ser um homem? É ter um senso de gênero que permeia esta nomenclatura masculina, é querer ter uma barba no rosto, na minha opinião, querer ter certas características corporais, que nem todos os homens querem. Eu, por exemplo, não gostava de ter seios, tanto que os homens trans os chamam de "intrusos", eu realmente não gostava deles, fiz uma cirurgia - não funcionou muito bem - mas pelo menos me livreii deles.

NUGE: Que influências você teve em sua jornada?

LUIZ: Ser um homem para mim é ser o mais neutro possível. Nos desfiles de Carnaval e LGBT eu uso batom. Eu sempre gostei, sinto falta da textura do batom porque meu lábio está seco. Eu o usaria e minha vida seria resolvida. Se eu pudesse usar batom socialmente e usar as roupas que uso, eu usaria. Mas porque sou trans e se eu usar algo feminino, serei invalidado. Um homem cis pode usar batom, brincos, tudo e será sempre um homem. Mas eu não. A sociedade está sempre me dizendo que ser homem é nascer com um pênis, com uma próstata e gerar filhos e ter todas essas consequências. Portanto, ser um homem para mim é ser Luiz Fernando: Eu posso usar uma saia, um vestido, ensinar as pessoas a andar de calcanhar. Ser homem, para mim, é ser o mais simples possível, gostar de certos personagens do corpo, mas isto não significa nada, porque há homens que, por exemplo, não querem ter seus seios removidos, não querem ter uma mamoplastia, eles também escolhem não ser hormonizados por razões de saúde, por "N" coisas, mas eles são homens, porque ser homem é um sentimento. Quando ligo a masculinidade a uma barba ou às roupas, estou misturando expressão de gênero e expectativa social. Portanto, para mim, ser homem é um sentimento. Você sente isso na vida, você gosta desse pronome, você gosta da experiência social que a masculinidade lhe proporciona. Homens e mulheres devem ter a liberdade que eu tenho hoje: andar pelas ruas sem ouvir um apito, ser ouvido, a experiência de poder ser relaxado, porque as mulheres têm uma exigência a ser sempre produzida. Masculinidade é a experiência de ser eu mesmo, sem nenhum tipo de carga, e de poder ser tratado com o artigo "o". Resume-se a isso, mas para mim. Agora dizer o que é ser homem para os outros, é uma coisa complicada. Para mim, ser homem é esta experiência, poder ser chamado de Luiz Fernando. Minha primeira referência foi o livro de João Neri "A viagem solitária", de 2011, e um livro anterior, publicado em 1982, que conta a história de Anderson Harsey, o bigode, que era um homem trans internado na FEBEM, tão marginalizado, sem

apoio de ninguém, adotado, mas sem apoio de sua família adotiva, e que acabou nas ruas. Percebi o quanto estamos despreparados para uma pessoa trans e ele acaba cometendo suicídio, porque se percebe sozinho no mundo. Meu segmento do homem trans é apagado todos os dias, quando as pessoas pensam em pessoas trans, já vai para a mulher travesti e transsexual. Há, também, o problema do desemprego, fiquei dois anos desempregado, porque tinha uma aparência e as empresas estavam procurando o padrão heteronormativo.

NUGE: Você está trazendo muito sobre sua experiência e todo o tempo você fala sobre esta validação de si mesmo, da sociedade, o sentimento de pertencer em relação à sociedade e às instâncias sociais.

LUIZ: É uma busca solitária porque eu sou a primeira pessoa trans da minha família - ao meu conhecimento. Para a família, foi uma desconstrução da ideia de gênero. Primeiro você recebe o nome e depois o sexo, e o meu foi assim. No processo eu consegui o nome primeiro e tive ajuda para conseguir o gênero. Foi uma busca e é uma busca solitária, você precisa da validação de pessoas cis, que o tratam como um mico-leão dourado. Você tem que conhecer a lei e lidar com a reação da pessoa, porque ela pensa que a única existência é a deles, que o único modelo do mundo é o deles. Assim, com o tempo, com paciência revolucionária, você passa por uma validação de gênero o tempo todo. Você passa por isso na família, no trabalho, com as pessoas com quem você se relacionará ao longo de sua vida, porque as pessoas pensam que a validação delas é real. Eu sou a única pessoa trans conhecida pela minha família até então. Não era fácil e até hoje não é fácil, apesar de ser melhor. Dizer que minha mãe entende 100%, não, ela não entende, mas tento explicar, pacientemente, porque é a sociedade que já está estabelecida.

NUGE: A sociedade tem que entender ou tem que aceitar?

LUIZ: Eu sou contra estes termos de aceitar e entender. Você não tem que aceitar nada. Você tem que entender a possibilidade de ser ele no mundo. Eu não quero que ninguém me aceite, quero que a pessoa me respeite, porque, então, ela me vê como um ser. A conversa meritocrática de que eu sou o ser supremo do mundo e que todos abaixo de mim não é nada e que sou mestre de tudo, é [como] o homem cristão cis, branco, heterossexual se vê a si mesmo, no mundo. Eu não quero que ninguém me aceite, porque ninguém entende o outro. Você não tem a capacidade de entender o outro, porque nunca será esse outro. O que você tem que fazer? Respeito. Nem mesmo uma pessoa trans entende a dor do outro porque são dores diferentes, são sistemas fechados, como dizia Humberto Maturana. O que eu digo ao outro tem uma proporção, mas o que eu digo, em essência, já foi comprometido, porque o outro tem um repertório, outras coisas, para entender de outra maneira. Se eu o respeito, eu o vejo como humano, como digno. Minha mãe me ama como um filho, mas ela não

entende as nuances de gênero e eu nem quero que ela faça isso, porque não é a hora dela. Temos que parar de pensar que as pessoas vão entender as informações da mesma forma que nós. Gênero e sexualidade, segundo a teoria, é muito importante, porque sem teoria não há prática revolucionária, como disse Lenin, mas temos que pensar que a teoria é apenas um instrumento para registrar o conhecimento, não é o único caminho e é aí que as pessoas se perdem quando se trata de aceitação. A sociedade bombardeia você e você luta o tempo todo para a validação do outro.

Há muitas lutas e estamos vivendo este momento agora mesmo. Sentir como um homem cis, eu nunca experimentei, nunca experimentarei e nunca entenderei, porque nunca senti isto, mas respeito este sentimento e há uma questão muito importante que você levantou sobre ter que saber tudo. Saber sobre a lei, isto e aquilo, e como o processo é solitário e você tem que buscar estas validações e esta luta contra o sistema, você precisa entender sobre tudo. Dentro deste entendimento hoje, várias associações, comunidades, ONGs, enfim, grupos de pessoas ajudam neste processo, como o Núcleo de Transmasculinidade da Rede Família Mais Forte¹³, do qual eu sou o coordenador. O núcleo surgiu na Família Mais Forte, uma rede de proteção e afeto para jovens, adolescentes e adultos LGBTQIA+ que precisam socializar uns com os outros, porque em suas famílias, na maioria das vezes, não é seguro. Estas pessoas podem sair juntas, aprender juntas o que é ser LGBTQIA+, podem desenvolver canais para aumentar sua autoestima e alcançar coisas na vida, aumentar sua escolaridade, como conseguir oportunidades no mercado de trabalho, fazer cursos e se constituir como indivíduos, através desta rede de proteção, e compreender seu papel sociopolítico, entre outras coisas. Esta é a Família Mais Forte. Eu fui o primeiro homem trans que disse ser um homem trans, em Largo do Arouche, bebendo vinho barato, com um monte de pais LGBTQIA+. Eu bebendo com as pessoas e explicando o que é um homem trans. E o que aconteceu? Eu fundei o Centro, porque outros homens trans precisarão de apoio, para conhecer questões práticas, desde o processo de hormonização, até o processo de se nomear, para conhecer os preconceitos que enfrentarão, apoio de colegas, o que está disponível hoje no Brasil, o que não está, e assim por diante. Este núcleo surgiu para poder dizer a estes homens e transmasculinos ou transmasculinas (socializados como mulheres também, mas vendo-se em uma masculinidade neutra).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui apresentamos as entrevistas de dois intelectuais trans e travesti, como maneira de expor seus saberes, vivências, experiências, epistemologias e/ou trans-epistemologias. Vale ressaltar que, a despeito de toda violência que recaem sobre seus corpos e identidades, pessoas trans seguem produzindo conhecimento - dentro ou fora - do contexto

¹³ Para mais informações sobre o núcleo acessar o perfil da rede social Instagram “@nucleodetransmasculinidades”.

universitário. Concluímos, ainda que, é de suma importância que tais produções sejam circuladas, na medida que as mesmas podem auxiliar na produção de conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero, produzindo um arcabouço teórico que nos auxilia na qualificação do debate sobre direitos humanos no Brasil. Para além disso, é importante pontuar também que pessoas trans são capazes de falar, pensar, teorizar, como também problematizar, sobre questões relativas às suas respectivas identidades, sexualidades e corporalidades. E as instituições de ensino e a sociedade precisam contribuir para que essas pessoas, cada vez mais, se emancipem socialmente. Não apenas às concedendo títulos, mas garantido a participação desses sujeitos nestes espaços, legitimando suas trajetórias intelectuais e suas produções de conhecimento, através das circulações dessas produções e da escuta dessas vozes. Nós caminhamos, mas ainda não o suficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em 2016, expectativa de vida era de 75,8 anos. **Estatísticas Sociais**. 01/12/2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18470-em-2016-expectativa-de-vida-era-de-75-8-anos.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEVIDES, B. (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. **Senado notícias**. 20/06/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 10 set. 2022.

JESUS, J. G. de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. *In*: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 217-232, 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, S. Codificação/decodificação. *In*: HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 387-404, 2011a.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? *In*: HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 101-128, 2011b.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2014.

LIVRES & IGUAIS NAÇÕES UNIDAS. **Levante-se pela igualdade de direitos e tratamento justo para lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex**. 2020. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença'. *In*: Silva, T.T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2014.

TGEU. **TGEU European and Central Asian Council 2022**. 2022. Disponível em: <https://tgeu.org/tgeucouncil2022/>. Acesso em 10 abr. 2022.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-68, 2014.

YORK, S.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travestis. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.

Recebido em: 24/04/2023
Aceito em: 29/06/2023